

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

RELATÓRIO SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2012

RIO DE JANEIRO
16 DE NOVEMBRO DE 2012

9

O **Arquivo Nacional**, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, órgão específico singular da estrutura básica do Ministério da Justiça, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

No **Campo da Política Nacional de Arquivos** destacam-se a publicação da Resolução nº 34 do CONARQ, sobre a adoção das Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Discussão e avaliação das propostas e moções aprovadas na Plenária Final da 1ª Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ, realizada de 15 a 17 de dezembro de 2011 na cidade de Brasília.

No **Campo da Política Internacional de Arquivos** deu-se continuidade às ações do Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal para as áreas dos Arquivos com intercâmbio de dados e informações entre os arquivos dos dois países. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de um programa de treinamento em gestão de documentos e preservação de acervos para servidores do Governo de Moçambique com duração de três semanas.

No âmbito da **Gestão de Documentos Federais** foi prestada orientação técnica a cento e quarenta e quatro (140) órgãos e entidades da Administração Pública Federal no que diz respeito à elaboração e análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e à atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. A gerência do **Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital)** concluiu o projeto de Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional e o Projeto Internacional de Preservação de Documentos Digitais Autênticos – InterPARES 3.

No âmbito do projeto **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**, com o objetivo de reunir informações sobre a organização administrativa central e federal brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicano, destacou-se o desenvolvimento do projeto “Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (1ª fase)”; as publicações virtuais “Dicionário da Administração Pública On-line” e a série “Cadernos Mapa”, com três volumes sobre as secretarias de Estado do século XIX.

Na **Ação Preservação do Acervo Nacional** foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, pela preservação de 278.117 documentos integrantes de diversos fundos arquivísticos, destacando-se aqueles relativos à entrada de imigrantes e ao registro civil, assim como os fundos “Correio da Manhã” e “Agência Nacional”. Tais ações compreendem atividades de tratamento arquivístico, de prevenção e/ou de reparação de danos e deterioração e de digitalização dos documentos, que resultaram na publicação, no portal institucional, de 13 instrumentos de pesquisa com vistas à

ampliação do acesso do cidadão à informação governamental. Ampliou-se em 8,7km do espaço para armazenamento físico de acervo, gerando condições para novos recolhimentos, como, por exemplo, o arquivo da Comissão Nacional da Verdade, bem como o recebimento em doação de acervos privados de interesse público e social, tais como o acervo de Luiz Carlos Prestes e Apolônio de Carvalho, os documentos reunidos pela família do político Sidney Fix e os documentos da Família Bicalho. Foram também prestadas assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos de diversas instituições, como o Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto, a Confederação Brasileira de Futebol, a Rede Ferroviária Federal S.A..

Na **Ação Sistema de Atendimento ao Usuário**, cumprindo sua missão de dar acesso à informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional deu atendimento a 31.246 usuários de forma presencial e a distância no Rio de Janeiro e em Brasília, até 31 de outubro de 2012, além de 681.832 acessos por meio dos sítios institucionais.

Na **Ação Promoção de Eventos** foram realizados o “III Seminário Internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral”, quando também foram lançadas as 3 monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2009; o Seminário “Estado e Administração” e o “IV Seminário – A gestão de documentos arquivísticos na administração pública federal (SIGA)”. O Arquivo Nacional montou a exposição “Registros de uma guerra surda” durante a “Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada / 61ª Caravana da Anistia” na PUC-RJ. O Arquivo Nacional recebeu a mostra “Arpilleras da Resistência Política Chilena”, promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Foram lançadas três exposições virtuais em www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br. Lançou-se as publicações Revista Acervo v. 24/2, “Arte e cultura na experiência colonial” e v. 25/1, “Difusão cultural em arquivos”. Ademais os livros “Os presidentes e a República”, “A escrita da repressão e da subversão: 1964-1975” e “Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil” serão lançados no Ministério da Justiça, em Brasília. O Arquivo Nacional realiza a 11ª edição do Recine – Festival Internacional de Cinema de Arquivo com o tema “O humor no cinema” que incluem, entre suas diversas atividades, a realização de oficinas de vídeo e de preservação, edição da revista, mesas-redondas e mostras informativa e competitiva.

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar a continuidade das ações do **Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas**. Hoje, o Banco de Dados Memórias Reveladas possui 427.994 registros de informações. Nos Estados brasileiros, ações do Memórias Reveladas vêm beneficiando um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de diversos acervos em instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. Durante o primeiro semestre foi realizada gravação de material didático da “Oficina de Fontes para a História do Regime Militar”, em apoio à Rede de Observatórios Direito à Memória, Verdade e Justiça, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em março foi lançado o livro eletrônico “Arquivo, Memória e Resistência dos Trabalhadores no Campo e na Cidade” e em maio o livro impresso “Arquivos do Mundo dos Trabalhadores”, ambos em parceria com a CUT Brasil. Em setembro foi publicado no D.O.U. o Edital do “Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2ª edição”. Em agosto de 2012 foi realizada a “Conferência Internacional Memória: América Latina em Perspectiva Internacional e Comparada”, em parceria com a Comissão de Anistia/MJ e a PUC-Rio, quando foi reinaugurada a exposição Registros de uma Guerra Surda no campus da PUC-Rio. No final de novembro terá lugar o Seminário Espaços de Memória, realizado em parceria do Arquivo Nacional com a Secretaria

de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e, ainda, o “Seminário Brasil: Nunca Mais e Violações de Direitos Humanos na Ditadura - memória e democracia”, em parceria com o MPF/SP e o CEDIC-PUCSP, em São Paulo. Em dezembro serão publicados os três livros vencedores da 1ª edição do “Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas”.

Na **Ação Gestão e Administração do Programa** destacou-se em 2012 a conclusão dos serviços de reforma parcial do prédio E do conjunto arquitetônico da sede no Rio de Janeiro, proporcionando a recuperação das condições de ocupação do prédio e o retorno do Núcleo de Atendimento do Servidor e das salas de cursos e treinamentos. Na Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal foram concluídos os serviços de montagem do bloco de estanterias autoportantes, gerando condições ideais de guarda para a documentação do Arquivo Nacional no Distrito Federal, bem como, o atendendo da demanda de acondicionamento gerada pelo recebimento de documentos escritos. Em relação à política de tecnologia da informação obteve-se avanços na Área de desenvolvimento de sistemas com gerenciamento e implementação dos projetos: “Sistema Gestão de Documentos”, “Sistema de Folha de Frequência Digital”, “Sistema de Consulta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”, “Sistema de Consulta a base de dados Ministério da Justiça”, “Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN”; na Área de administração e infraestrutura de rede com a implementação da *Storage Area Network*, o Gerenciamento dos JOBS de *backup* e monitoração de toda a rotina de *backup* dos dados da instituição e a elaboração e implementação de sistema de monitor 24x7 via software com monitoramento *online / fulltime* dos servidores, *storage*, robôs de *backup*, serviços e aplicações vitais a operação do AN.


No que diz respeito às **Novas Tecnologias da Informação**, destacamos a preparação, juntamente com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Departamento de Governo Eletrônico (e-gov), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de padrões para a Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade (Protocolo Integrado), culminando com a absorção de todas as competências relativas às atividades de protocolo e arquivo pelo Sistema de Gestão de Documentos - SIGA, da administração pública federal, cujo órgão central é o Arquivo Nacional, o que permitirá ao cidadão acompanhar a tramitação dos documentos de seu interesse em qualquer órgão ou entidade. O Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital) participou em grupo de trabalho do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para discutir a normatização do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos.

As prioridades futuras do Arquivo Nacional incluem o fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da APF, com alteração do Decreto que cria o Sistema e absorção de todas as competências relativas a protocolo e arquivos da APF hoje geridas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações públicas, exige a realização no Arquivo Nacional de ações para melhor instrumentalizar a instituição, com a reestruturação do Arquivo Nacional como Autarquia e criação de um plano de cargos e salários para os servidores. Será de vital importância promover investimentos para implantar um programa de manutenção predial permanente e a ampliação de nossa área de guarda de acervos no Rio de Janeiro, com a expectativa de ampliação de recolhimentos de documentos federais a partir de campanha de estimular à entrada de documentos na Instituição empreendida pelo Ministro de Estado da Justiça. Faz-se necessária, igualmente, a ampliação do controle, tratamento e digitalização de documentos, em especial aqueles produzidos por unidades de inteligência durante o regime

militar, para dar pronto atendimento às demandas dos pesquisadores e da Comissão Nacional da Verdade - CNV.

Para o ano de 2013, o Plano de Ação do CONARQ tem como objetivo a promoção de campanha nacional de sensibilização junto aos governadores dos estados e prefeitos apontando para a necessidade de criação de arquivos públicos onde não houver, bem como para que os arquivos já institucionalizados possam contar com uma maior autonomia administrativa e orçamentária e serem dotados de recursos humanos e financeiros próprios.

Arquivo Nacional, 16 de novembro de 2012



Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos